



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>14135.000524/2008-45</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2201-012.096 – 2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	23 de julho de 2025
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	FRIGORÍFICO SUPREMO LTDA
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias**

Período de apuração: 01/04/2002 a 31/12/2003

ALEGAÇÃO DE *BIS IN IDEM* NA TRIBUTAÇÃO. ÔNUS DA PROVA DO CONTRIBUINTE.

Ao contribuinte impõe o ônus da prova de demonstrar o efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sob as rubricas objeto do lançamento tributário, do qual dele não se desincumbiu, não havendo, portanto, que se falar em *bis in idem* na tributação.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

*Assinado Digitalmente*

**Luana Esteves Freitas – Relatora**

*Assinado Digitalmente*

**Marco Aurélio de Oliveira Barbosa – Presidente**

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Debora Fófano dos Santos, Fernando Gomes Favacho, Weber Allak da Silva, Luana Esteves Freitas, Thiago Álvares Feital, Marco Aurélio de Oliveira Barbosa (Presidente).

## RELATÓRIO

### Do Auto de Infração

Por esclarecedor, utilizei para compor o presente relatório o resumo constante no acórdão recorrido (fl. 604):

Trata-se de crédito lançado contra o contribuinte acima identificado, através da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - DEBCAD nº 35.465.744-5, no valor de R\$ 455.524,57 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos), que acrescido de multa e juros corresponde ao valor consolidado em 30/01/2004 de R\$ 627.168,92 (seiscentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), referente às contribuições destinadas à Previdência Social, relativas às rubricas segurados, empresa, financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho – SAT e Terceiros.

2. De acordo com o relatório fiscal, às fls. 51/55 do processo digital, constituem fatos geradores das contribuições lançadas as remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados a título de salários, horas-extras, adicionais, férias normais gozadas e outras vantagens, inclusive o décimo terceiro salário. As contribuições dos segurados empregados referem-se às competências 13/2002 e 06/2003 e as demais contribuições referem-se ao período de 04/2002 a 13/2003.

3. As bases de cálculo foram apuradas nas folhas de pagamento e GFIP's. Foram considerados no lançamento as deduções a título de salário família e as Guias de Pagamento - GPS recolhidas.

4. Foram anexadas às fls. 56/63 cópias do “Demonstrativo da Formação do Grupo Econômico”, do qual fazem parte, além do contribuinte, as seguintes empresas: Lovitha Transportes Ltda, CNPJ 03.351.862/0001-57; Transcapuci Ltda, CNPJ 03.565.743/0001-05; Capuci Transportes Ltda, CNPJ 66.960.048/0001-50 e Frigonostro Ind. Com. de Carnes Ltda, CNPJ 03.412.193/0001-86.

### Da Impugnação

Cientificado do Auto de Infração, por via postal, na data de 03/02/2004, conforme Aviso de Recebimento acostado à fl. 102, o contribuinte apresentou Impugnação (fls. 105 a 114) em 16/02/2004 (fl. 105), alegando, em apartada síntese, as razões sintetizadas nos tópicos abaixo:

- (i) Inexistência do grupo econômico;
- (ii) Que o Auto de Infração fora lavrado de maneira confusa, o que dificulta o exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa;
- (iii) Nulidade do Auto de Infração, em razão da existência de vícios insanáveis;

**(iv)** Que os débitos constatados pela fiscalização foram oriundos da crise financeira que atingiu o setor frigorífico.

Pugna, ao final, para que sejam excluídas as pessoas jurídicas arroladas pela fiscalização como integrantes do grupo econômico, bem como seja reconhecida a Nulidade do Auto de Infração em razão da existência de vícios insanáveis.

#### **Da Decisão-Notificação**

Em 22/06/2004 foi proferida pela, à época, Gerência Executiva de Presidente Prudente – SP, a Decisão-Notificação de nº 21.430.410045/2004 (fls. 137 a 142), que manteve o lançamento tributário, bem como a relação de corresponsáveis cadastradas pela auditoria anterior, que já havia sido devidamente debatida e mantido o vínculo de solidariedade quando da Decisão Notificação lavrada em relação a débito anterior, uma vez que não foi apresentado nenhum documento ou decisão judicial que descaracterizasse a referida relação.

#### **Do encaminhamento à Procuradoria**

Cientificado da decisão em 22/07/2004, por via postal, conforme Aviso de Recebimento – A.R. (fl. 147), o recorrente apresentou recurso na data de 20/08/2004 (fls. 149 a 157), porém sem o depósito recursal necessário à época. Assim, o crédito foi encaminhado à procuradoria.

Posteriormente a Procuradoria verificou que houve decisão definitiva prolatada nos autos do mandado de segurança nº 2004.61.12.007571-0, que guarda consonância com o atual entendimento do STF sobre a questão, conforme se extrai do teor da Súmula Vinculante nº 21, de 10/11/2009: “É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.

Assim, em cumprimento à decisão judicial, foi cancelada a inscrição do débito em dívida ativa e os autos foram encaminhados ao CARF para julgamento do recurso.

#### **Da Decisão do CARF**

Em sessão realizada na data 19/09/2012 foi proferido o Acórdão nº 2301-003.053 da 3<sup>a</sup> Câmara/1<sup>a</sup> Turma Ordinária, Segunda Seção de Julgamento do CARF (fls. 250 a 257), que decidiu por anular a decisão de primeira instância, uma vez que as empresas responsáveis solidárias não foram regularmente intimadas da NFLD por quaisquer dos meios previstos no Decreto nº 70.235/72. Assim, por tratar-se de vício sanável, a decisão de primeira instância foi anulada, para que fossem intimadas as responsáveis solidárias dando-lhes oportunidade para manifestação.

Em cumprimento ao Acórdão acima referido, as empresas solidárias foram intimadas da NFLD e do Acórdão, bem como do prazo para apresentarem manifestação (fls. 339 a 360). Por não terem sido localizadas nos endereços constantes do cadastro da RFB as intimações às empresas Frigonostro, Capucci Transportes, Transcapucci e Frigorífico Supremo foram feitas através de edital (fls. 361 a 364).

## Das Impugnações dos Responsáveis Solidários

A empresa Lovitha Transportes Ltda apresentou Impugnação (fls. 365 a 368), alegando, em apartada síntese, a decadência, uma vez que teve ciência do Auto de Infração na data 18/02/2013, com a exigência de contribuições previdenciárias relativas aos meses de competência de 04/2002 a 07/2003, já encontrava-se decaído o direito da Fazenda Pública, nos termos do artigo 173, inciso I do CTN.

O Frigorífico Supremo Ltda apresentou Impugnação (fls. 416 a 431), e apresenta argumentações referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre a aquisição de produtos rurais de pessoa física, que **não se referem ao objeto do presente lançamento**.

Por fim, as empresas Transcapuci Ltda, Frigonostro Indústria e Comércio de Carnes Ltda e Capuci Transportes Ltda também apresentaram impugnações (fls. 468 a 474; fls. 500 a 506; e fls. 524 a 530) nos mesmos termos da apresentada pela empresa Lovitha Transportes e no mérito as alegações trazidas pelo Frigorífico Supremo, **as quais, como já ressaltado, não se referem ao objeto do presente lançamento**.

## Da Decisão em Primeira Instância

A 11<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro I – DRJ/RJ I, em sessão realizada na data de 14/11/2014, por meio do Acórdão nº 12-70.340 (fls. 602 a 609), **julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada, para excluir os responsáveis solidários em razão da decadência**, e manter o crédito tributário devido pelo contribuinte, conforme ementa a seguir transcrita (fl. 602):

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/04/2002 a 31/12/2003

GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. DECADÊNCIA QUINQUENAL.

Em inexistindo notificação dos responsáveis solidários, os mesmos só poderão ser notificados a figurar no polo passivo, caso não tenha operado a decadência do direito de lançar.

O STF em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a constitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante nº 8, “São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

MULTA E JUROS. LEGALIDADE. CARÁTER CONFISCATÓRIO NÃO VERIFICADO.

A multa é devida em decorrência de determinação legal, de caráter irrelevável. A vedação ao confisco pela Constituição Federal é dirigida ao legislador, cabendo à

autoridade administrativa apenas aplicar a multa, nos moldes da legislação que a instituiu.

#### INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE. FORO INADEQUADO.

A declaração de inconstitucionalidade de lei ou atos normativos federais, bem como de ilegalidade destes últimos, é prerrogativa outorgada pela Constituição Federal ao Poder Judiciário.

O foro administrativo é inadequado para discussões de inconstitucionalidade e/ou ilegalidade das normas, eis que cabe à Administração Pública o estrito cumprimento das normas em vigor.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário Mantido

#### Do Recurso Voluntário

Cientificado da decisão de primeira instância na data de 27/05/2015, por meio de Edital (fl. 641), o contribuinte, na data de 25/05/2015 (fl. 642), interpôs Recurso Voluntário (fls. 666 a 680), no qual aduziu, em apartada síntese:

(i) *Bis in Idem*: uma vez que o lançamento objeto deste lançamento teve como informações os fatos geradores prestados em GFIP pelo contribuinte, o que constitui, portanto, objeto de outro lançamento, impondo ao contribuinte uma dupla oneração em relação aos mesmos fatos geradores.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

#### VOTO

Conselheira **Luana Esteves Freitas**, Relatora

O recurso voluntário apresentado é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, razão pela qual deve ser conhecido.

#### Da alegação de *Bis in Idem*

O recorrente limita-se, em seu recurso voluntário, a alegação de que houve *bis in idem*, uma vez que “os créditos tributários foram devidamente constituídos quando da apresentação da declaração GFIP, nas respectivas competências, o que impõe ao contribuinte uma dupla oneração em relação aos mesmos fatos geradores”.

Entretanto, razão não assiste ao contribuinte.

Conforme se constata no Relatório Fiscal da NFLD nº 36.465.744-5, objeto deste processo administrativo (fl. 51), os fatos geradores das contribuições previdenciárias foram:

**(i)** A incidência sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas ao Segurados Empregados a título de: Salários, Horas-Extras; Adicionais; Férias normais gozadas e outras vantagens, inclusive sobre o (13º) Décimo Terceiro Salário, correspondentes a: contribuições sociais dos segurados empregados à previdência social;

**(ii)** A incidência sobre as Remunerações pagas, devidas ou creditadas aos Segurados Empregados a título de: Salários, Horas-Extras, Adicionais, Férias normais gozadas e outras vantagens, inclusive sobre o (13º) Décimo terceiro Salário, correspondentes a: (Contribuições Sociais da Empresa A Previdência Social, ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos Riscos Ambientais do Trabalho - (RAT) e as destinadas a Outros Fundos e Entidades: (FNDE) - Salário Educação, INCRA, SENAC, SESC E SEBRAE).

Ao contrário do aduzido pelo recorrente, **foram abatidos e considerados todos os valores pagos e devidamente recolhidos pela empresa, através da GPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social, período abrangido pelas competências: 04/2002 a 13/2003, de modo que não há que se falar em bitributação, conforme informação constante no Relatório Fiscal (fl. 52).**

Esclareço, outrossim, que é ônus do contribuinte comprovar os fatos desconstitutivos do direito da Fazenda Pública, no caso, de comprovar o efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias lançadas sob as rubricas descritas acima, nos termos do artigo 373 do Código de Processo Civil, do qual não se desincumbiu o recorrente, de modo que deve ser mantido o lançamento tributário.

### Conclusão

Diante do exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário, e negar-lhe provimento.

*Assinado Digitalmente*

**Luana Esteves Freitas**